

# UMA “MARAVILHA” DE CENÁRIO – A CONSTRUÇÃO DE UMA (NOVA) IMAGEM PARA A ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**Ana Beatriz da Rocha**

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

**Universidade Federal de São João del-Rei**

**São João del-Rei, MG, Brasil.**

Mestrado em teoria e projeto em arquitetura na PROARQ/UFRJ. Master of Philosophy em história do design na RCA, London. PHD em projeto, teoria e crítica em arquitetura na Chelsea College of Art & Design/UAL, London. Professora adjunto no ESDI/UERJ e no DAUAP/UFSJ

**E-mail:** tiz.darocha@gmail.com

**Paulo Reis**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

Master of Science em Inovação e Propriedade Intelectual pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Doctor of Science em Engenharia Civil pela COPPE/UFRJ. Master of Science em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Pesquisador Associado do LabFuzzy do PEP/COPPE/UFRJ. Coordenador do Espaço HUB UFRJ. Professor de Mestrado na ESPM-Rio e na FGV, Rio de Janeiro.

## **Resumo**

Como parte das políticas neoliberais vigentes desde 1990, grandes projetos de regeneração urbana vêm sendo implementados com o intuito de não só “consertar” políticas urbanas ineficientes mas,

principalmente, de reverter o processo de declínio socioeconômico visto em cidades pós-industriais. Um dos principais aspectos deste fenômeno é a (re)invenção das cidades através do (re) desenho de suas áreas vazias, onde novas arquiteturas (espetaculares) e a ressignificação dos espaços públicos degradados visam alterar a imagem do lugar. Estes “novos” espaços reconfigurados passam a atrair um novo público e, conseqüentemente, inicia-se um novo ciclo de circulação de capital. De forma a impulsionar o consumo destes “novos” lugares, surge uma série de rótulos como “capital cultural”, “cidade criativa”, “cidade inteligente”, etc.. que, atrelados à políticas urbanas “regeneradoras”, geralmente alteraram padrões culturais existentes de forma a promover uma “nova” identidade para as cidades – como observado no processo de transformação da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

**82** **Palavras-chave:** cultura; cidade; identidade.

### Abstract

As part of the neoliberal politics seen since the 1900s, large urban regeneration schemes have been implemented not only to “amend” inefficient urban policies but, foremost, to revert the process of socio-economic decline seen in post-industrial cities. One of the main aspects of this phenomenon is the (re)invention of cities through the (re)design of their wastelands, where new (spectacular) architectures and the reconfiguration of derelict public spaces aim to alter the image of the place. These “new” reconfigured spaces would then attract a new public and, consequentially, a new influx of capital. In order to promote the consumption of these “new” places, a series of labels such as “creative city”, “cultural capital”, “smart city” etc.. emerges where, alongside to “regenerative” urban policies, existing cultural patterns are either subdued or enhanced to promote cities’ new identities – as observed in the process of transformation of Rio de Janeiro’s port area.

**Keywords:** culture; city; identity.

## INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, uma série propostas e processos de regeneração urbana vêm se utilizando da “cultura” como principal agente transformador de áreas degradadas. Aliados a fenômenos como a implementação de políticas culturais mais sólidas, o crescimento do turismo (cultural) de massa e a presença de um ambiente socioeconômico favorável, projetos de grande escala e de grande impacto na mídia contribuíram para uma completa renovação e/ou “revitalização” de áreas que passaram por processos de reestruturação urbana ineficientes e/ou sofreram as conseqüências (físicas, econômicas e sociais) do esvaziamento de antigas zonas centrais, históricas, industriais e/ou portuárias. Cidades pós-industriais como Londres e Manchester, no Reino Unido; Barcelona e Bibao, na Espanha; além de Gênova, na Itália; Rotterdam, nos Países Baixos; Paris e Marseille, na França; Lisboa, em Portugal, dentre muitas outras, são exemplos deste processo de transformação de áreas urbanas degradadas e de “reinvenção” de suas identidades

como “capitais culturais”. Segundo Harvey (1989), estes processos “regeneradores” contribuem para a (re)invenção de novas identidades e a criação de novas imagens para áreas degradadas, onde arquiteturas espetaculares, a reconfiguração espacial e novos usos do conjunto edificado atuam como fatores preponderantes para atrair as “pessoas certas”, criando um novo circuito de capital – gerando, assim, uma grande competição entre as cidades.

Este processo de transformações (físicas e simbólicas) leva a um outro, que privilegia as possibilidades econômicas/especulativas em detrimento das potencialidades históricas e/ou culturais do lugar. Notoriamente, a maioria dos projetos de regeneração urbana propostos (e impostos) tende a seguir uma “fórmula” que aposta na espetacularidade das arquiteturas, na diversidade/quantidade dos eventos/ produtos (culturais) e na atratividade (visual) dos espaços revitalizados, contribuindo para o incremento do turismo. Por outro lado, propor usos, formas e funções (arquitetônicas e/ou espaciais) contemporâneas contribui para “requalificar” áreas antes degradadas como “novos” polos de cultura e de entretenimento. Neste sentido, investir em empreendimentos (culturais) bilionários, em infraestrutura e em reestruturação urbana se tornaria uma prática comum – que, aliada ao processo de gentrificação, impulsiona um ciclo de investimento/especulação nestes espaços urbanos” revitalizados” (Zukin, 1990).

Desde meados dos anos 2000, ao mesmo tempo que estratégias políticas vêm consolidando a relevância das manifestações culturais espontâneas e/ou não-oficiais características de um determinado lugar, políticas de regeneração urbana que se baseiam na implementação de arquiteturas espetaculares como o único meio de incentivar o crescimento econômico e social vêm sendo questionadas. Com a crise mundial em 2008, esta “fórmula” sofreria mudanças, pois os investimentos na área de políticas culturais e urbanas tornaram-se significativamente mais escassos. Portanto, depender da constante produção/consumo de produtos culturais, ou criar (novos) equipamentos culturais espetaculares cuja principal função é incluir cidades no panorama (cultural) internacional já não garante a sobrevivência destas políticas regeneradoras. Ainda que processos de gentrificação, de especulação imobiliária e o aumento na atividade turística seja fatores relevantes nesta “lógica regeneradora”, tais políticas tiveram que se ajustar à nova realidade. Para manter o fluxo especulativo em constante movimento, algo de ‘novo’ teria que emergir.

Assim, esta mudança de cunho econômico fez surgir um novo “modelo” de regeneração urbana, cujo principal foco é a promoção e a realização de megaeventos. Mais do que competir para sediar estes eventos, cidades no mundo inteiro disputam os “privilégios” de explorar marcas altamente rentáveis (como FIFA World Cup, Jogos Olímpicos, Rock in Rio Festival, etc..) e de se transformar de acordo com as exigências específicas – como foi o caso da experiência em Barcelona, com as Olimpíadas em 1992. Esta ‘reinvenção’, contudo, não é impune, particularmente se observado como padrões culturais vêm sendo minimizados e/ou modificados para promover a nova imagem das cidades – o que torna a transformação do Rio de Janeiro em “Cidade Olímpica” e de sua zona portuária em “Porto Maravilha” um estudo de caso interessante.

## RIO DE JANEIRO E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES – A CONSTRUÇÃO DA “CIDADE OLÍMPICA” E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA ZONA PORTUÁRIA

84

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar uma série de megaeventos, notoriamente os Jogos Pan-Americano em 2007, a Copa do Mundo FIFA, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016 – o que mudou consideravelmente o caráter da cidade devido as grandes obras de infraestrutura e a construção de equipamentos esportivos. Entretanto, estas transformações não são apenas físicas; elas incluíram também a (re)ordenação, (re)valorização e (re)significação do patrimônio material e imaterial da cidade. Por outro lado, a cultura, o modo de vida e a atmosfera festiva da cidade também são parte desta imagem cosmopolita – a qual vem sendo usada por políticos e investidores, e associada às intervenções urbanas em curso. Mas como ‘cultura’, patrimônio, identidades locais, etc. se ‘adequam’ ao perfil altamente lucrativo dos megaeventos, ainda que seguindo padrões bastante homogêneos de intervenção? Como ideias sobre cultura e megaeventos, que são de certa forma conflitantes, podem ser articuladas de modo a promover ações e políticas de regeneração urbana? Como se desenham e se projetam esses ideais de cidade; essas novas configurações espaciais onde cultura e megaeventos fazem parte de uma complexa realidade? Uma das possibilidades é adequar estes atributos particulares ao megaevento em questão.

Em 2002, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar o XV Jogos Pan-Americanos de 2007. Com isso, uma série de melhorias na infraestrutura e na paisagem da cidade foram implementadas – notoriamente a proposta de “requalificação” da orla e a construção de novos quiosques no calçadão das praias das Zonas Sul e Oeste. Estas intervenções – incluindo uma ampla reestruturação do ambiente na orla, provisão de serviços (como sanitários públicos e maior capacidade de estoque, por exemplo) e renovação do equipamento urbano (como os novos quiosques e aparelhos de ginástica, por exemplo) – foram planejadas/projetadas para valorizar o potencial turístico das praias visando, de certa forma, uma clientela mais “refinada” e cosmopolita.

Mas qual a relação entre os quiosques na orla carioca e as intervenções propostas na Zona Portuária da cidade?

A cidade do Rio de Janeiro é mundialmente famosa pelas suas praias, sobretudo pelas referências às celebrações e competições esportivas nas areias de Copacabana, pela “Garota de Ipanema”, pelos “meninos do Rio” e geração de surfistas da “Brazilian/Favela storm”. A cultura peculiar, os modismos e as belezas naturais consolidaram o status da cidade como um roteiro exótico, festivo e ensolarado – além de, claro, contribuir para o turismo. Aparentemente, neste microcosmo as barreiras sociais e diferenças (políticas, futebolísticas, religiosas, etc..) são postas de lado e todos compartilham o ambiente de forma democrática, como se a praia fosse um espaço neutro. Com cerca de 80km, orla carioca tem uma relação “simbiótica” com seu público, composto por pessoas de perfis e faixas etárias diversas, que criam “códigos” específicos e diferenciam uma

praia da outra. Estes “códigos” representam a cultura da cidade, criando uma imagem característica do modo de vida dos cariocas, e as praias da Zona Sul – particularmente a faixa que compreende Copacabana, Ipanema e Leblon – são as que, talvez, melhor representem estes microcosmos distintos, estas diversas faces da cultura da cidade.



85

**Figura 1** - faixa de areia que compreende microcosmos distintos. **Fonte:** <https://www.google.com.br/maps/place/Rio+de+Janeiro,+State+of+Rio+de+Janeiro/@-22.971929,-43.2168469,7258m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x9bde559108a05b:0x50dc426c672fd24e!8m2!3d-22.9068467!4d-43.1728965>



**Figura 2-3** - diferentes praias, diferentes públicos, formas similares de ocupação da orla. **Fonte:** os autores.

Diferentemente de outros balneários turísticos, a ambiência nas praias cariocas é singular – devido, talvez, ao envolvimento da população na conformação de uma identidade local. Obviamente, a lógica do lucro e da indústria do turismo vem alterado gradualmente as identidades originais destes microcosmos. Entretanto, no Rio de Janeiro, estas transformações acontecem, majoritariamente, pela agência de

atores e fatores locais. Porém, devido a realização de uma série de megaeventos, a cidade e o modo de vida dos cariocas passaram a ter uma projeção internacional muito mais ampla e, de certa forma, idealizada. Pode-se dizer que, se por um lado, os cariocas procuram preservar, consolidar e divulgar suas crenças, tradições e ritos diversos, há, por outro, um crescente interesse, por parte dos políticos e da mídia, em projetar e/ou materializar a imagem da cidade como “cosmopolita”, “criativa”, “olímpica”. Este “projeto de cidade” inclui, evidentemente, a transformação (física e simbólica) do espaço urbano – e a orla da Zona Sul da cidade seria um dos primeiros locais a sofrer mudanças significativas.<sup>1</sup>

Modificações de ordem urbana tendem a criar novas dinâmicas para os atores e fatores locais, influenciando a apropriação (espontânea ou não) dos espaços. Na década de 1970, por exemplo, o alargamento dos calçadões (projeto de Burle Marx) e redesenho da Avenida Atlântica, em Copacabana, assim como a provisão de trailers criaram uma nova identidade visual na orla. Nos anos 1990, como parte de políticas públicas de requalificação urbana, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu implementar os primeiros quiosques nas praias da Zona Sul à Zona Oeste, de Copacabana ao Recreio dos Bandeirantes – o que afetaria o jeito informal que caracterizava o comércio local.<sup>2</sup>



**Figuras 4-5** - modificações na ambiência das praias cariocas – diferentes configurações espaciais e diferentes identidades visuais. **Fonte:** os autores

1 Este processo de reinvenção de identidades tem sido adotado não somente para revitalizar áreas urbanas via novas arquiteturas e novos usos, mas também como uma estratégia de atrair maiores investimentos e novas “tribos” urbanas, de forma a mudar o perfil socioeconômico de áreas degradadas. O foco destas políticas de regeneração urbana é variável, oscilando entre a adoção de práticas essencialmente comerciais e práticas de cunho cultural/educacional – ainda que ambas possam ser direcionadas pela lógica do lucro e do consumo. Neste sentido pode-se dizer que as intervenções planejadas para o Rio de Janeiro tiveram um caráter ambivalente, ora privilegiando o comércio *per se*, ora privilegiando a cultura (ainda que focando no consumo de produtos culturais). Veja Hall, Stuart; du Gay, Paul. **Questions of Cultural Identity**. London: Sage, 2000; Miles, Malcolm. **New Cultural Identities: redevelopment or regeneration?**, 2004 in [http://www.bergen.kommune.no/planavdelingen/Malcom\\_Miles.pdf](http://www.bergen.kommune.no/planavdelingen/Malcom_Miles.pdf)

2 Como parte do processo de melhorias urbanas para a Rio-92, a Prefeitura do Rio de Janeiro solicitou o desenvolvimento de um vasto plano de revitalização para a cidade, compreendendo a provisão de novos equipamentos e mobiliários urbanos, a despoluição da Baía de Guanabara, a reurbanização de áreas degradadas e das favelas, a renovação das políticas de patrimônio dentre outras ações. Veja Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos. Armazém de Dados in <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>; Pinheiro, Augusto Ivan de Freitas. **Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, nº 2008-1101, novembro, 2008.

Estes novos equipamentos urbanos possibilitaram uma nova (mais estática e delimitada) ocupação do espaço do calçadão. Em termos de identidade visual, estes quiosques criaram uma nova “cara” para a orla, pois antes se configurava uma espacialidade não oficial e informal, ainda que claramente definida pelos vendedores e suas mercadorias. Estes novos equipamentos foram importantes no sentido de consolidar uma territorialidade onde essas práticas sociais aconteciam – as relações sociais entre consumidores-vendedores continuaram basicamente as mesmas; a ambiência é que foi modificada. Nos anos 2000, contudo, um novo processo de transformação deste microcosmo viu surgir uma versão bem mais “gentrificada” dos quiosques. Projetados pelo escritório carioca de design Índio da Costa, os novos quiosques se propuseram a melhorar não somente a organização espacial dos calçadões, mas, sobretudo, a criar uma nova identidade visual para a orla – direcionada, obviamente, a uma clientela mais cosmopolita.



**Figuras 6-7** - modificações no microcosmo – os quiosques “gentrificados” e a coexistência com antigas formas de ocupação da orla. **Fonte:** os autores.

Ainda que a previsão fosse implementar os quiosques em toda a orla das Zonas Sul e Oeste, a Prefeitura do Rio de Janeiro, via Departamento de Planejamento Urbano, decidiu que a “mudança de imagem” da cidade deveria começar pela praia de Copacabana<sup>3</sup>. A inauguração dos novos quiosques, em 2005, foi parte de uma política de regeneração urbana extensiva, implementada desde os anos 1990<sup>4</sup>, e que previa preparar a cidade para (eventualmente sediar) eventos

3 Copacabana, uma das praias mais famosas do mundo, é palco de shows, festivais e competições esportivas (notoriamente o vôlei de praia e o futebol de areia) que fazem parte do “calendário” da cidade. Certamente, o evento mais famoso é o Réveillon que, junto com o Carnaval, são os maiores eventos turísticos do Rio de Janeiro, atraindo milhões de visitantes todos os anos.

4 Estas políticas de regeneração urbana foram desenvolvidas e implementadas, em sua maioria, durante as gestões dos Prefeitos Cesar Maia (entre 1993-1997, 2001-2004 e 2005-2008) e Luiz Paulo Conde (entre 1997-2001). Projetos como Rio Cidade, Favela-Bairro, Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, dentre outros, visavam a reconfiguração de espaços urbanos – e não necessariamente a “turistificação” destas áreas. Entretanto, algumas destas intervenções aconteceram em locais turísticos, como o Rio Cidade Copacabana, Ipanema e Leblon, por exemplo. Já outras áreas se tornaram pontos turísticos após o projeto Favela-Bairro, como os Morros da Providência (Gamboa), Vidigal (São Conrado), Pavão-Pavãozinho (Copacabana) e Cantagalo (Ipanema), e após melhorias urbanas em morros como o Dona Marta (Botafogo) e Rocinha (São Conrado), e em lugares históricos como a Lapa e a Praça XV. Tais polí-

de grande projeção internacional como o já citado Jogos Pan-Americanos, em 2007, a Copa do Mundo FIFA, em 2014, e, obviamente, as Olimpíadas, em 2016. O processo de implementação dos quiosques ainda está em andamento. Porém, com a proximidade da abertura do Jogos Olímpicos Rio 2016, novos equipamentos foram instalados nas praias de Ipanema e Leblon dias antes do início do evento, em agosto de 2016. Na verdade, como parte das celebrações do evento, as novas estruturas e as “hospitality houses” dos países participantes atraíram um número bastante significativo de visitantes nas praias – o que consolidaria o perfil turístico e cosmopolita deste microcosmo (orla) e destas intervenções urbanas.

A princípio, relacionar a orla carioca com a Zona Portuária da cidade parece ser algo meio desconexo, quase impossível, sobretudo se forem observadas as características e/ou potenciais turísticos destas áreas tão distintas. Entretanto, a “Operação Urbana Porto Maravilha”, aprovada pela Lei Complementar Municipal 101/2009, faz parte dos planos de regeneração urbana proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. A intenção era “reinventar” a zona portuária da cidade como uma área de turismo e de entretenimento via a criação de novos equipamentos urbanos e arquiteturas espetaculares, melhor infraestrutura e, mais especificamente, pela completa reestruturação da Zona Portuária como uma área turística e de entretenimento. Neste sentido, os quiosques na orla das parias cariocas e as transformações (físicas e simbólicas) na Zona Portuária são, ambas, parte de profundas e significativas mudanças da imagem e da identidade da cidade.

Inicialmente, a Zona Portuária não fazia parte dos planos olímpicos para 2016. Contudo, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro percebeu que o megaevento poderia ser uma grande oportunidade de atrair investimentos para uma área largamente negligenciada pelas políticas públicas desde os anos 1980. Assim, ao anunciar a construção do Centro de Mídia e Árbitros na região – ainda que a viabilização destas instalações olímpicas no local tenha sido descartada por “questões operacionais” em meados de 2015<sup>5</sup> – a Prefeitura pretendia dar início ao processo de “revitalização” da Zona Portuária. Efetivamente, o interesse na região tem sido recorrente desde os anos 1980. Propostas

---

ticas urbanas foram desenvolvidas de acordo com o que estava acontecendo na época em cidades como Barcelona e Porto, seguindo a ideia de se focar em projetos de grande prestígio (na mídia) que poderiam atrair investimentos.

Sobre Favela Bairro ver **Programa Favela-Bairro**. Secretaria Municipal de Habitação/ IplanRio. Rio de Janeiro: PCRJ, maio 1996.

Sobre Rio Cidade ver **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, Rio Sempre Rio**. Rio de Janeiro: PCRJ/ ACRJ/ FIRJAN, 1996.

Sobre intervenções em áreas históricas ver **Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2001.

5 Ao anunciar as instalações olímpicas na zona portuária, a Prefeitura pretendia atrair investimentos (privados) para região. Entretanto, por “questões operacionais”, as instalações previstas para a zona portuária foram transferidas para próximo do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade – o que levou a uma completa descaracterização da proposta inicial, que previa promover uma grande transformação física e simbólica da região central da cidade, tendo como base a diversidade de usos, uma melhor distribuição dos equipamentos e, sobretudo, a possibilidade de se atrair novos moradores para a área central da cidade pós-Olimpíadas acabou perdendo força.



como o projeto Corredor Cultural (1984); as Áreas de Proteção Ambiental nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA-SAGAS, 1988) o Plano de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro (1989); o Plano de Estruturação Urbana da Zona Portuária (1992); as Áreas de Proteção do Ambiente Construído (APACs, 1992) e o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (2001) <sup>6</sup> gradualmente promoveram uma conscientização das potencialidades econômicas, sociais, culturais e históricas da área central do Rio de Janeiro, além de permitir (via políticas públicas) novos investimentos nesta região.

Estas iniciativas foram importantes, uma vez que estabeleceram parâmetros de intervenção no centro histórico da cidade. Entretanto, a região ganharia maior destaque na mídia internacional no início dos anos 2000, quando a proposta controversa de se erguer uma unidade do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro foi apresentada pela Prefeitura. A proposta, de autoria do arquiteto francês Jean Nouvel, tinha como parâmetro o sucesso do museu Guggenheim em Bilbao, projeto de Frank Gehry, inaugurado em 1997. Este modelo de regeneração urbana, cujo expoente máximo foi o Guggenheim Bilbao, previa a implementação de equipamentos culturais espetaculares como elementos-âncora no processo de revitalização, servindo como catalizadores para transformação urbana e gentrificação. Neste sentido, apostar na transformação do Rio de Janeiro em “capital cultural” poderia alavancar o “desenvolvimento” da região portuária no Rio de Janeiro.

Houve, contudo, uma forte oposição da sociedade carioca pois, para muitos, o projeto seria um grande desperdício de verbas públicas – uma vez que o montante poderia ser investido em melhorias na infraestrutura e reestruturação urbana da Zona Portuária (Egler, 2005, pp: 12-17). O argumento do apelo turístico do museu e da revitalização da área parecia insuficiente pois a cidade já contava com diversos museus à espera de investimentos e que, juntos, poderiam contribuir efetivamente para o processo de revitalização do Centro. Assim, após uma intensa mobilização da opinião

6 A criação das APA-SAGAS resultou de uma reivindicação dos moradores locais para proteger o patrimônio histórico da região contra o processo de transformação da Zona Portuária em apenas um polo de comércio e serviços ([http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro\\_dec\\_7351\\_88\\_sagas.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_dec_7351_88_sagas.pdf)).

O Corredor Cultural é uma Lei Municipal que criou diretrizes para a preservação, reconstituição, renovação e revitalização de espaços construídos no centro histórico da cidade, incluindo Lapa, Cinelândia e o Passeio Público ([http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro\\_lei506\\_84\\_corredor\\_cultural.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_lei506_84_corredor_cultural.pdf)).

O Plano de Desenvolvimento Urbano do Porto do Rio de Janeiro incluiu projetos de revitalização e renovação da região da SAGAS (IPLANRIO. **Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Planave S.A, 1989).

As APACs foram definidas no Plano Diretor da Cidade (1992), sendo uma consequência da implementação do Corredor Cultural. Inspiradas no modelo dos Secteurs Sauvegardés de Paris, elas criaram uma grande área de proteção da morfologia e do valor cultural das edificações, inicialmente na região central da cidade (Praça Cruz Vermelha, Santa Teresa, Estácio, Rua do Lavradio/Mem de Sá e adjacências), mas se estendendo à Copacabana, Urca, São Cristóvão, Laranjeiras etc. (<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>).

O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (*op cit.*, 2001) previa a reinserção (econômica, social, cultural e espacial) da zona portuária no tecido urbano da cidade.

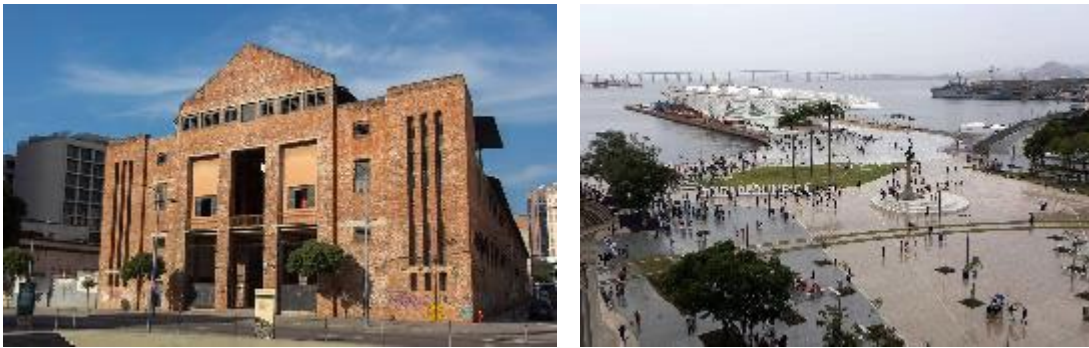
pública denunciando a inconsistência do projeto Guggenheim no Rio, noticiava-se, em junho de 2003, que a Fundação Guggenheim estava à procura de uma outra cidade-sede para o seu novo museu. (Sant'Anna, 2003, p 144)

Simultaneamente, iniciativas como a Ação Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida que, a partir de 2000, passou a funcionar no antigo Armazém Docas D. Pedro II, na Gamboa <sup>7</sup>, e as inaugurações da Vila Olímpica da Gamboa (localizada nos antigos galpões da Rede Ferroviária Federal), em 2004, e da Cidade do Samba em 2005, certamente contribuíram para uma resignificação (de usos) de espaços ociosos na área. Entretanto, a ausência, na época, de um “elemento-âncora” no processo de revitalização da Zona Portuária levou a Prefeitura a suspender os planos de intervenção urbana na região: i.e., para políticos e investidores faltava um evento de grande porte, de proporções enormes e de grande alcance na mídia para viabilizar o projeto de revitalização da Zona Portuária.

Assim, o projeto Porto Maravilha, anunciado em 2009, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pretendia transformar esta região em uma área de turismo e de entretenimento com propostas como: a provisão de novos equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio (Bernardes + Jacobsen Arquitetura, 2013) e o Museu do Amanhã (Santiago Calatrava, 2016), na Praça Mauá; as conversões de edifícios antigos, como os “novos” Aquário Municipal e o Armazém da Utopia, na Gamboa, e o “Armazém da Utopia” que, desde 2010 ocupa o Armazém 6 no cais do porto; a construção de novos edifícios de uso corporativo (se valendo dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção) <sup>8</sup>; a provisão de melhorias na infraestrutura (com a abertura da via Binário do Porto, dos Túneis Rio 450 anos e Marcello Alencar, a implementação de VLTs e a demolição do Viaduto da Perimetral); e a completa reestruturação de usos, formas e funções de estruturas industriais e também do espaço urbano circundante.

7 Com o título de Patrimônio Mundial conferido pela ONU ao cais do Valongo, em 2017, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, junto à Secretaria Municipal de Cultura, planeja abrir no Armazém Docas D. Pedro II (construído pelo engenheiro negro André Rebouças e inaugurado em 1871) um museu dedicado à herança e à memória da escravidão – o que significaria, em tese, a redefinição de usos e espaços do antigo galpão, hoje ocupado pela (ONG) Ação Cidadania Contra a Fome e a Miséria. Após uma série de indefinições e argumentações diversas, houve um (aparente) consenso em usar o galpão para abrigar ambas as instituições (o museu e a ONG) – que tratam, ainda que de forma diferenciada, os problemas históricos causados pela escravidão no Brasil. (<http://www.acaodacidadania.com.br/?page=home>; <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3906>)

8 A emissão e venda destes certificados criam possibilidades de se investir e financiar operações urbanas que visam recuperar áreas degradadas – onde 3% do valor seria destinado à valorização do patrimônio material e imaterial da região. Na prática, contudo, os CEPACs são instrumentos de especulação imobiliária, alterando a legislação local vigente, criando novas normas específicas do uso do solo e parâmetros urbanísticos e ambientais, aumentando o gabarito (altura) das edificações, sobretudo as de uso corporativo, além de modificar substancialmente as características do entorno construído existente. (<http://portomaravilha.com.br/web/cepac/index.html>; <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/curso/sergio.pdf>)



**Figuras 8-9** - o Armazém Docas D. Pedro II – Ação Cidadania (à esquerda) e a “nova” Praça Mauá – a instalação #CIDADEOLIMPICA e o Museu do Amanhã (à direita). **Fonte:** os autores.



**Figura 10:** área de intervenção do Porto Maravilha/ CEPACs. **Fonte:** <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspeciais.aspx>

Ainda que grandes gestos arquitetônicos e urbanísticos sejam uma parte substancial destas propostas “regeneradoras”, é importante é olhar para a “vida real” nas cidades, para suas particularidades, ao invés de apenas reproduzir “fórmulas de sucesso”. Assim, com o intuito de promover uma nova imagem e identidade para a cidade sem, contudo, negligenciar características existentes, o projeto Porto Maravilha apresentou propostas para resgatar e valorizar a história e a diversidade cultural da/na Zona Portuária.

## RITOS, TRADIÇÕES E HISTÓRIA COMO PARTE DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS “DEGRADADOS”

Como dito acima, desde os anos 1980, a “turistificação” dos lugares de interesse histórico e a “culturalização” das políticas públicas têm sido fatores bastante significativos no processo de transformação de sítios urbanos localizados em áreas (centrais) degradadas. Intervenções físicas significativas como melhorias na infraestrutura e no transporte público, criação de áreas de comércio com lojas e serviços, reordenação do espaço urbano e a transformação física dos edifícios históricos são ações que contribuem para a “requalificação” (i.e. nova, circulação de capital) destes espaços. Entretanto, para que esta “requalificação” seja mais ampla e duradoura (i.e. capaz de atrair um maior número de pessoas, por mais tempo), há de se promover uma completa reestruturação da identidade destes espaços degradados – o que depende de grandes investimento, de projetos/eventos de amplo alcance na mídia, de campanhas de marketing incisivas, da apropriação de elementos característicos do lugar e, eventualmente, da ação de atores sociais (locais ou não) e o movimento de inserção da chamada “classe criativa” (outro nome dado aos “gentrificadores”).

No caso da Zona Portuária no Rio de Janeiro, este movimento de ressignificação do lugar vem acontecendo mais enfaticamente desde 2001, com o lançamento do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro. Os bairros que compõem a Áreas de Preservação Ambiental – Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA-SAGAS) gradualmente começaram a sofrer intervenções mais significativas na preservação do seu patrimônio material e imaterial – edifícios históricos foram tombados, “reconvertidos” e modificados; ambiências e espaços urbanos foram “revitalizados”. Entretanto, seria após a inauguração de equipamentos culturais e urbanos, e da transformação da Praça Mauá e arredores em um polo de atração turística que aconteceria uma profunda ressignificação da região – sobretudo considerando a abertura de passeios públicos como o Boulevard Olímpico e a Orla Luiz Paulo Conde <sup>9</sup>, que atraíram milhares de visitantes durante as celebrações das Olimpíadas Rio-2106.

<sup>9</sup> Os trechos da orla, entre o 1º Distrito Naval e a Praça Mauá, foram inaugurados em abril de 2016, e entre os Armazéns 1-6, em maio de 2016. O trecho que vai do Píer do Armazém 8 ao Museu Histórico Nacional, na Praça XV, foi inaugurado em agosto 2016 para as Olimpíadas Rio-2016 – ver <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4522>; [http://www.portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/15](http://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/15)



**Figuras 11-12:** Boulevard Olímpico e o VLT (à esquerda) e a Orla Conde, junto ao Museu do Amanhã (à direita). **Fotos:** os autores.

Evidentemente, a inserção de novos equipamentos arquitetônicos e urbanos, novas “centralidades” e novos espaços “regenerados” reforçam o caráter “cosmopolita” e gentrificado da (nova) região portuária. Por outro lado, a proximidade (geográfica) da nova área turística com os morros da Conceição, do Livramento e da Providência evidenciam contrastes sociais imensos, sobretudo se considerados alguns atributos históricos e culturais ali presentes. Dentre estes destacam-se: a celebração das tradições Afro-Brasileiras na Pedra do Sal (considerado o local de nascimento do samba) e adjacências; a revalorização do patrimônio cultural Africano e das ruínas arqueológicas locais; a renovação e restauro do patrimônio edificado no entorno; a criação de um Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana<sup>10</sup> – um roteiro que inclui uma série marcos históricos importantes como a Pedra do Sal, os Cais do Valongo e da Imperatriz (recentemente laureado como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO); o Largo do Depósito (onde vendiam-se escravos), o Instituto dos Pretos Novos (sítio arqueológico) e o Centro Cultural José Bonifácio, etc..

Após a fundação da cidade, em 1565, a ocupação urbana se deu em direção aos Morros do Castelo, de São Bento, da Conceição, do Livramento, da Providência e de Santo Antônio – uma área que compreende os bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro (Cardoso, Vaz et al, 1987; Abreu, 1997). Com a chegada da família Real Portuguesa, na Praça XV, em 1808, a cidade se expandiria para além dos morros. A Zona Portuária, ao redor do Cais do Valongo, se consolidaria como um grande entreposto comercial, imprimindo marcas na configuração e espacialidade urbanas. Mais do que o local de trabalho e de residência de comerciantes de toda espécie, os Morros da Providência, Livramento e Conceição viriam surgir as primeiras favelas ainda em fins do século XIX. Ao longo do século XX, diversos conjuntos habitacionais seriam construídos, o que caracterizaria a área como essencialmente proletária.

<sup>10</sup> Veja mapa ilustrativo com todos os pontos de interesse histórico que fazem parte do Circuito em <https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-roteiro-em-homenagem-ao-continente-ganha-novas-atracoes-18964630>

Ver, também, material de divulgação do Circuito, elaborado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, dentro do âmbito do projeto Porto Maravilha, em [http://www.portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/19](http://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/19)



**Figura 13** - o processo de expansão do centro do Rio de Janeiro e a consolidação de seus bairros portuários. **Fonte:** <https://www.google.com.br/maps/@-22.9058285,-43.1928547,15z>

Conhecida como Pequena África, a área ao redor dos Morros da Providência, Livramento e Conceição retém muito das suas características físicas e simbólicas originais e “guarda” uma parte significativa da história da cidade e do Brasil – construções centenárias, ruas de calçamento de pedra, igrejas, monumentos, peças arqueológicas e diversas comunidades Afro-Brasileiras conferem a este local seu *genius loci*, mantendo as tradições, culturas, ritos e celebrações vivas. Grupos e agremiações artísticas e culturais desempenham um papel importante no resgate, na valorização da cultura local e, de certa forma, no processo de inclusão social – já que algumas dessas associações investem na qualificação e/ou educação dos moradores das comunidades circundantes.

A (re)descoberta de áreas centrais degradadas pela classe “criativa” (particularmente as atividades ligadas às áreas de empreendedorismo, design, arquitetura, mídia etc..) se dá, geralmente, por fatores como: apelo histórico, centralidade e rede de transportes existente, oferta de imóveis grandes, vazios e ainda preservados, e, talvez, pela diversidade e o mix sociocultural presentes nestes microcosmos – onde estes “criativos” se tornam agentes da transformação urbana. Entretanto, em uma fase posterior, a da gentrificação *per se*, verifica-se um crescente interesse em empreendimentos grandiosos, melhorias na infraestrutura e nos espaços urbanos, e a provisão de lojas, edifícios corporativos e de apartamentos com o intuito de atrair mais investimentos para estas áreas – que eventualmente acabam se tornando muito mais caras, expulsando as populações locais para as periferias (Berenstein, 2004; Vaz, 2004). Assim, de áreas degradadas estes locais passam por uma completa reestruturação de seus espaços, de sua identidade e de seus simbolismos, se tornando, na maioria das vezes,

enclaves gentrificados muito parecidos entre si, onde o patrimônio material e imaterial local é transformado em bem de consumo, destituídos de seu real significado. Não que melhorias em si sejam ruins; o problema é que elas tendem a ignorar os anseios e necessidades dos moradores em prol do caráter especulativo/espetacular dessas estratégias de regeneração urbana.

Estas políticas “gentrificadoras” competem, por assim dizer, com formas mais espontâneas de apropriação do lugar. Na região portuária do Rio de Janeiro, ritos, tradições e culturas locais resistem e se fazem visíveis por meio de manifestações espontâneas que, de certa forma, prezam pela sua história e pelas suas origens – sobretudo considerando os processos históricos de ocupação do território por grupos sociais economicamente desfavorecidos. Entretanto, há também um grande interesse e empenho – por parte dos empreendedores sociais, do poder público, dos investidores – em transformar estas manifestações espontâneas em algo muito maior, para ser “consumido” como parte do processo de transformação (i.e. gentrificação) de áreas degradadas.

Eventos recentes confirmam a “vocação” turística (e gentrificada) do Porto Maravilha – incluindo, por extensão, uma parte significativa da recém “revitalizada” região portuária do Rio de Janeiro. Dentre estes eventos, pode-se citar o ArtRio <sup>11</sup>; a Semana Design Rio <sup>12</sup> e o Rio + Design <sup>13</sup>; o Veste Rio <sup>14</sup>; e mais recentemente o Casa Cor Rio <sup>15</sup>. Com o foco na “economia/ indústria criativa” foi lançado, em 2016, o “4º Desafio de Design – mobiliário Parque Urbano Porto Maravilha”, um concurso de ideias para estudantes universitários cujo objetivo era “(...) desenvolver peças de plástico que colaborassem com o processo de revitalização da região do Porto Maravilha”, prevendo “(...) contribuir com a discussão sobre pertencimento do espaço público, e de fomentar as melhorias em Santo Cristo” <sup>16</sup>. Espaços “colaborativos”

11 Feira Internacional de Arte e Cultura que, entre 2010-2016, aconteceu nos Armazéns 2, 3 e 4 no P er Mauá, no Porto do Rio (<http://www.artrio.art.br/pt-br>)

12 Em sua 5ª edição, em 2017 o evento aconteceu nos Armazéns do P er Mauá e contou, ainda, com atividades paralelas em locais como a Fábrica Bhering, no Santo Cristo, o Distrito Criativo em São Cristóvão e visitas-guiadas ao recém-restaurado Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes-Pedregulho, de Affonso Eduardo Reidy, em Benfica, Zona Norte do Rio de Janeiro. (<http://eventos.oglobo.globo.com/semana-design-rio/2017/o-evento/>)

13 O evento anual, realizado desde 2008, aconteceu no Armazém 3 do P er Mauá, na zona portuária do Rio. A mostra Rio+Design é uma iniciativa da Secretaria Estadual da Casa Civil e Desenvolvimento Econ mico, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exporta es e Investimentos (Apex Brasil) e com o Serviço Brasileiro de Apoio  s Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-09/riodesign-chega-10a-edicao-com-permissao-para-visitante-comprar-criacoes>)

14 Antes realizado na Marina da Glória, o evento, que se denomina a “principal plataforma de moda do país, unindo Salão de Negócios, Outlet com as melhores marcas brasileiras, ciclo de palestras, desfiles e gastronomia”, aconteceu, em 2017, no P er Mauá, na zona portuária da cidade. (<https://www.vesterio.rio/o-evento/>)

15 Mostra de decora o de interiores, realizada em 2017 no edifício AQWA Corporate (projeto do escritório (Norman) Foster + Partners), localizado na Avenida Binário do Porto, no Santo Cristo (<https://casacor.abril.com.br/mostras/rio-de-janeiro/>)

16 Criado em 2013 pela Odebrecht e pela Braskem, o Desafio de Design busca estimular alunos de design e arquitetura a pensar novos usos e aplica es do plástico em peças do mobiliário urbano. <http://www.desafiodesign.com.br/>; [http://blog.lidis.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/glab\\_odebrechet\\_infoglobo\\_bx\\_03.pdf](http://blog.lidis.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/glab_odebrechet_infoglobo_bx_03.pdf)

como o Rua City Lab – Experiências Urbanas, Goma, Coletivo do Porto, Distrito Criativo do Porto <sup>17</sup>, dentre outros, buscam incentivar a ocupação da Zona Portuária do Rio de Janeiro pelos “criativos” – fazendo parte, portanto, deste processo de “(re)descoberta”, transformação, ressignificação e posterior gentrificação da região, como citado anteriormente.

Por outro lado, e como parte do discurso de resgate das memórias locais, foi inaugurado, em outubro de 2017, no edifício Novocais do Porto, a Galeria Novocais, cuja exposição permanente “Porto Cidade – a memória de um lugar” retrata a “(...) memória urbana e afetiva da Região Portuária com mais de 600 imagens que retratam o local entre 1800 e 1980, décadas antes do início da Operação Urbana Porto Maravilha”<sup>18</sup>. Simultaneamente, e ainda como parte do resgate de memórias locais, uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP) e o Rua City Lab promoveu uma campanha pública pela internet para a escolha do nome de um novo “passeio público”, situado na Rua Professor Pereira Reis, no Santo Cristo. O Passeio Ernesto Nazareth <sup>19</sup>, ao lado do Edifício Novocais do Porto e do Rua City Lab, é uma homenagem ao compositor, nascido em 1863, no Morro do Pinto, na Zona Portuária, cujos manuscritos foram laureados Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2014.

Neste sentido, observa-se na região portuária do Rio de Janeiro uma gradual apropriação e incorporação dos ritos, tradições, culturas e histórias locais como parte do discurso da ‘revitalização’ do lugar – que, por sua vez, contribuem para a criação de um novo capital (cultural) para as cidades. A questão é como conciliar estas expectativas, considerando o momento pós-euforia dos megaeventos e as sucessivas crises (econômicas, sociais, políticas) atuais, de modo a impedir que este (discutível) “legado olímpico” na região portuária do Rio de Janeiro se deteriore e que o processo de ressignificação dos espaços se direcione para fins essencialmente mercadológicos? <sup>20</sup>

17 Ver <https://www.ruacitylab.com/nossa-espaco>; <http://goma.org.br/>; <http://www.coletivodoporto.com.br/>; [www.districtocriativo.com.br/](http://www.districtocriativo.com.br/); <https://pt-br.facebook.com/districtocriativo/>

18 Ver <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4753>

19 Ver <https://oglobo.globo.com/rio/passeio-ernesto-nazareth-inaugurado-em-santo-cristo-20584605>

[https://docs.google.com/forms/d/1aHxqrkAW\\_CZrD\\_o5Ic9Qm4h9-V6rVaX0W33w0verP84/viewform?edit\\_requested=true](https://docs.google.com/forms/d/1aHxqrkAW_CZrD_o5Ic9Qm4h9-V6rVaX0W33w0verP84/viewform?edit_requested=true)

20 Uma série de reportagens recentes discute como este “legado olímpico” vem se deteriorando face às crises recentes – ver <https://oglobo.globo.com/rio/unesco-pode-desenvolver-plano-de-gestao-para-cais-do-valongo-21929572>;

<https://oglobo.globo.com/rio/alegria-carioca-forjada-em-sua-historia-negra-se-ve-abalada-pela-criese-21891218>;

<https://oglobo.globo.com/rio/um-ano-apos-olimpiada-que-ficou-de-legado-para-rio-21666449>; <https://oglobo.globo.com/opinioao/o-que-as-olimpiadas-nao-foram-21661002>;

<https://oglobo.globo.com/rio/com-revitalizacao-iniciada-em-2009-porto-sofre-com-criese-apos-olimpiada-21554239>;

<https://oglobo.globo.com/rio/boulevard-olimpico-ainda-sofre-com-falta-de-manutencao-21979599>; <https://oglobo.globo.com/rio/camelos-crateras-tomam-paisagem-do-boulevard-olimpico-21623704>



## CONCLUSÃO

O projeto “Porto Maravilha” previa regatar a diversidade cultural da área portuária por meio da implementação de diretrizes. A Lei Complementar 101/2009, que criou a Operação Urbana Porto Maravilha, define que “(...) o Poder Público deve desenvolver ações que integrem e promovam o desenvolvimento social e econômico da população”, determinando que “(...) o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial local, deve ser recuperado e valorizado”. O texto vai além, mencionando a criação de dois programas: o Porto Maravilha Cidadão e o Porto Maravilha Cultural, onde ambos teriam “(...) a função de articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico”<sup>21</sup>.

Ainda que o texto seja sedutor, há poucos indícios de como essas ações/diretrizes se concretizariam, ou como elas seriam implementadas pela Prefeitura e por parcerias privadas. Uma das possibilidades seria prever (e fomentar, via políticas públicas) um maior mix de usos e atividades na Região Portuária – sobretudo incentivando a requalificação, reuso e reconversão de inúmeros imóveis subutilizados ou inutilizados em moradias para diversas classes sociais. Uma coisa, porém, é certa: ainda que parte do discurso inicial, moradia (principalmente de cunho social) não é uma prioridade no projeto “Porto Maravilha”. No mapa com os CEPACs (figura 10), os Morros do Pinto, da Providência, do Livramento e da Conceição estão ‘comprimidos’ por uma grande área de empreendimentos de caráter (e escopo) vultuosos. Tendo em vista que alguns destes empreendimentos já estão em fase de implementação, e que o processo de gentrificação começa a acontecer de forma mais significativa na área, como as comunidades locais poderão arcar com os custos quando/se os planos de regeneração urbana forem concluídos? Será que o patrimônio histórico material e imaterial também sofrerá uma reformulação de suas características e significados, se transformando em pastiche, em bem de consumo, de forma a atender apenas aos anseios consumistas ao invés de promover inclusão social e celebrar a diversidade cultural?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Maurício. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997

Berenstein, Paola J. Espetacularização Urbana Contemporânea in: *Cadernos PPG-AU/ FAUBA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 23-29

21 o edifício corporativo Novocais do Porto, na Avenida Cidade de Lima, no Santo Cristo, abriga no pavimento térreo a Galeria Novocais, aberta ao público. <http://portomaravilha.com.br/web/esq/artigos/01.aspx>; <http://novocais-doporto.piloti-homologacao.com.br/>

Cardoso, Elizabeth D.; Vaz, Lilian F.; Albernaz, Maria Paula; Pechman, Robert M. **História dos Bairros. Saúde, Gamboa, Santo Cristo – zona portuária**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Editora Index, 1987

Da Rocha, Ana Beatriz; Reis, Paulo. Culture as a mega-event – how do heritage and local identity fit in the cosmopolitan image of the city? in Cooper, Freddy; Greene, Margarita; Machado, Denise P.; Scheerlinck, Kris; Schooljans, Yves. **ADU2020 Creative Adjacencies**. Ghent: Faculty of Architecture KU Leven; Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, PUC-Chile, 2014, pp 285-295

Egler, Tamara T. C. Políticas globais e resistência social na Zona portuária in: **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. Salvador, 2005 in <http://www.xienanpur.ufba.br/664.pdf>

Giannella, Letícia C. A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha in: **Espaço e Economia**. Nº 3, 19 dezembro 2013 in <http://espacoeconomia.revues.org/445>

Guimarães, Roberta S. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ FGV editora, 2014

Hall, Stuart; du Gay, Paul. **Questions of Cultural Identity**. London: Sage, 2000

Harvey, David. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. London: Blackwell, 1989

IPLANRIO. Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Planave S. A., 1989

Jacobs, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

Lefebvre, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos [1974], 2000

Miles, Malcolm. **New Cultural Identities: redevelopment or regeneration?**, 2004 in [http://www.bergen.kommune.no/planavdelingen/Malcom\\_Miles.pdf](http://www.bergen.kommune.no/planavdelingen/Malcom_Miles.pdf)

Moreira, Clarissa C. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Unesp, 2004

Pinheiro, Augusto Ivan de F. **Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, nº 2008-1101, Novembro, 2008

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2001

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio Sempre Rio**. Rio de Janeiro: PCRJ/ ACRJ/ FIRJAN, 1996

\_\_\_\_\_. **Programa Favela-Bairro**. Secretaria Municipal de Habitação/ IplanRio/ Rio de Janeiro: PCRJ, maio 1996

RIOARTE/ IPLANRIO. **Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel.**

Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985

Sant’Anna. Afonso R. **Desconstruir Duchamp: arte na hora da revisão.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003

Vaz, Lilian F. A ‘Culturalização’ do Planejamento e da Cidade in: **Cadernos PPG-AU/ FAUBA.** Salvador: UFBA, 2004, pp 31-42

Zukin, Sharon. Socio-Spatial Prototypes of a New Organization of Consumption: the role of Real Cultural Capital in: **Sociology**, vol 23, nº 1, February 1990, pp 37-56

**Recebido em: 22/11/2018**

**Aceito em: 06/02/2018**